



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007864-96.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Planos de Saúde**  
 Requerente: **Thais Fernanda Gonçalves de Souza Monzane**  
 Requerido: **Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

**THAIS FERNANDA GONÇALVES DE SOUZA MONZANE** propôs ação de obrigação de fazer c/c pedido de tutela antecipada em face de **UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**. Alegou, em síntese, ser portadora de Esclerose Múltipla há mais de 13 anos, enfermidade que lhe causa alterações neurológicas agudas. Informou que, diante da ineficácia de outros procedimentos, lhe foi prescrito o uso do *Alentuzumabe (Lemtrada)*, a ser aplicado em dois ciclos, com intervalo de 12 meses, no valor total de R\$ 287.946,56. Informou que solicitou à requerida o tratamento indicado, o qual restou negado diante da alegação de que não consta no rol da ANS. Requereu o deferimento da tutela antecipada de urgência a fim de compelir a requerida a prestar a devida cobertura; a inversão do ônus da prova e a procedência da ação confirmando os efeitos da antecipação da tutela, bem como a concessão dos benefícios da gratuidade processual.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 10/24 e, posteriormente às fls. 30/56.

A decisão de fls. 25/26 deferiu a tutela de urgência. Houve interposição de Agravo de Instrumento pela requerida (fls. 117/138), improvido (fls. 141/152).

Concedidos os benefícios da gratuidade processual à fl. 58.

Citada (fl. 158), a requerida apresentou contestação às fls. 159/178. Alegou, preliminarmente, que procedeu com o cumprimento da tutela de urgência deferida. No mérito, alegou que não há previsão contratual para o tratamento solicitado, vez que está obrigada somente à autorização e custeio dos procedimento previstos expressamente dentro do rol da ANS, sendo que o procedimento requerido não se encontra ali disposto. Ademais, aduziu que a requerente tinha plena ciência acerca do plano contratado e sua abrangência, sendo desproporcional custear um



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

tratamento meramente experimental num valor tão elevado. Informou que disponibiliza outros tratamentos para a doença. Alegou que a médica que indicou o tratamento sequer apresentou relatório ou realizou contato com a auditoria médica da requerida, o que era necessário. Requereu a realização de perícia médica e a improcedência da ação. Juntou os documentos de fls. 179/237.

Em manifestação (fls. 239/240), a requerida pediu a reconsideração da tutela deferida diante da inércia da requerente na realização do tratamento. Ato contínuo, houve resposta pela requerente (fls. 250/251) informando que, após o deferimento da tutela pleiteada, a requerente sofreu novo surto sendo necessário o adiamento temporário do tratamento.

Réplica às fls. 254/259.

A decisão proferida à fl. 260 rejeitou o pedido da requerida, mantendo a tutela antecipada deferida.

Instadas a se manifestarem acerca da necessidade de dilação probatória a requerente se manifestou à fl. 263 e a requerida, às fls. 272/275.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, e dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, REsp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Observa-se que se encontra caracterizada a relação de consumo, havendo de um lado o consumidor e de outro o fornecedor. Assim, inequívoca a aplicabilidade das disposições do Código de defesa do Consumidor.

A inversão do ônus da prova entretanto, não é regra absoluta. Ela é dada, a critério do juiz quando demonstrada a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência da parte autora, sendo que, qualquer desses dois requisitos deve ser apontado pela parte que a requer.

Nesse sentido:

"(...)4. A inversão do ônus da prova com fins à plena garantia do exercício do direito de defesa do consumidor, só é possível quando houver verossimilhança de suas alegações e constatada a sua hipossuficiência a qual deverá ser examinada não só do ponto de vista social, mas principalmente, do ponto de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

vista técnico". (AgRg no n. Ag n. 1.355.226/RJ, Relator ministro Luis Felipe Salomão, QUANTA TURMA, julgado em 18/09/2012, DJe 26/09/2012).

No caso concreto, observo que a requerida detém melhores condições para provar a falsidade das alegações da autora, ficando deferida a inversão do ônus da prova suscitada.

Pois bem, trata-se de ação de obrigação de fazer c/c antecipação de tutela que a autora intentou, alegando ser beneficiária de plano de saúde contratado com a requerida, a qual se negou ao custeio do tratamento *Alentuzumabe (Lemtrada)*, indicado por profissional da saúde competente para tanto.

Foi deferida a tutela antecipada requerida, restando determinado o fornecimento do tratamento adequado, conforme prescrição médica, à autora.

Cabia à ré a demonstração de que o tratamento requerido não poderia ser concedido, o que não se deu. Sendo esta a indicação médica, não cabe à requerida dizer qual seria o tratamento mais conveniente à requerente. Ademais, não houve impugnação quanto ao fato de o tratamento indicado já é alternativo a outros que, tentados, não surtiram efeitos positivos esperados.

Não se pode admitir que a requerida se recuse à prestação do serviço médico pleiteado, sob a alegação de que tal tratamento não consta do rol de serviços médicos obrigatórios da ANS e não está previsto contratualmente.

Friso que já está consolidado o entendimento do Tribunal de São Paulo, através da Súmula nº 102, no sentido da abusividade da cláusula de exclusão de tratamentos não previstos no rol da ANS. *In verbis*:

"Havendo expressa indicação médica, é abusiva a negativa de cobertura de custeio de tratamento sob o argumento de sua natureza experimental ou por não estar previsto no rol de procedimentos da ANS".

Em que se pese os argumentos apresentados pela ré, deve prevalecer o direito à saúde, sendo dever da operadora do plano a garantia do tratamento adequado, se prescrito por profissional competente, e esse é o caso dos autos.

Nesse sentido o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PLANO DE SAÚDE – TUTELA DE URGÊNCIA – DEFERIMENTO - Paciente diagnosticada com esclerose múltipla e que necessita iniciar tratamento endovenoso com a medicação Alentuzumabe (Lemtrada) – Recusa da operadora de saúde ao argumento de que o procedimento não é previsto no rol da ANS – Descabimento – Súmula 102 do TJSP - Relatório do médico assistente da autora que prescreve o tratamento com a medicamento em regime de internação hospitalar – Prejuízos evidentes à saúde



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

da agravada em se aguardar o regular trâmite da ação sem o início do tratamento, com risco de retorno ao uso de cadeiras de rodas – Presentes os requisitos do artigo 300 do CPC - Decisão mantida – NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (TJSP; Agravo de Instrumento 2011859-86.2017.8.26.0000; Relator (a): Alexandre Coelho; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 45ª Vara Cível; Data do Julgamento: 14/05/2017; Data de Registro: 14/05/2017).

E ainda:

Plano de saúde. Esclerose Múltipla. Recusa da operadora no fornecimento do medicamento Alentuzumabe (Lemtrada). Exclusão de cobertura sob o fundamento de que o fármaco tem aplicação domiciliar e não constar do rol da ANS. Recusa indevida. Há fortes indícios, não elididos por prova técnica, que evidenciam ter o fármaco, no mínimo, necessidade de aplicação em ambiente ambulatorial. Ademais, a inexistência de previsão do fármaco no referido rol não constitui causa eficiente para a negativa. Sentença mantida. Recurso a que se nega provimento. (TJSP; Apelação 1054145-45.2017.8.26.0114; Relator (a): Maurício Campos da Silva Velho; Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campinas - 6ª Vara Cível; Data do Julgamento: 15/08/2018; Data de Registro: 15/08/2018).

Ademais, de se considerar que o Código de Defesa do Consumidor garante a interpretação das normas de maneira mais favorável ao consumidor, sendo tal regra ainda mais latente quando se trata da garantia de direito fundamental, como no caso concreto.

Nesse sentido o E. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. Plano de saúde. Relação de Consumo. Decisão do Juízo que deferiu tutela provisória de urgência para determinar que a Ré forneça o medicamento Alentuzumabe (Lemtrada) e inicie o tratamento da autora, nos termos prescritos pela médica que a assiste. Bem demonstrado pelo autor, nos autos principais, o caráter emergencial da medida, bem como a probabilidade de seu direito. Alegação de falta de previsão contratual para cobertura de medicação. A finalidade do contrato de plano de saúde é garantir a integridade física e a própria sobrevivência do beneficiário, sendo o seu principal objeto a proteção da saúde do contratante, que ao firmar um pacto acredita estar cuidando de preservar sua vida, e esperando que ao ser surpreendido por uma situação adversa concernente à sua saúde, tenha assegurado seu direito ao tratamento mais adequado e recomendado pelos médicos que lhe assistem. A medida firmada pelo Juízo de origem, aqui alvejada, encontra-se devidamente fundamentada e embasada nos elementos arregimentados ao feito, notadamente aqueles atinentes ao quadro clínico da cidadã- consumidora, portadora de esclerose múltipla grave. Com efeito, não cabe ao segundo grau de jurisdição a revisão da decisão interlocutória que aprecia a concessão de tutela provisória, salvo se exorbitante, ilegal, teratológica ou contrária à prova dos autos, o que, por ora, não se vislumbra na espécie. RECURSO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO. (TJRJ – Agravo de Instrumento Cível 0065978-60.2016.8.19.000, Relator: Des. Murilo André Kieling Cardona Pereira, Vigésima Terceira Câmara de Direito Civil, data do julgamento 15/03/2017, data da publicação 17/03/2017).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Há indícios de que o tratamento seja hábil para a melhora no quadro de esclerose múltipla da autora e foi indicado por profissional competente, sendo o que basta.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** esta ação, nos termos do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, confirmando integralmente a tutela antecipada (inclusive no tocante à multa por descumprimento) e condenando a ré ao fornecimento de tratamento adequado, conforme prescrição médica, nos termos da fundamentação supra, durante todo o prazo necessário.

Sucumbente, condeno a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e dos honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor atualizado da causa.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, encaminhem os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**Nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 - Trânsito em Julgado às partes - Proc. Em Andamento".**

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser fito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

**Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.**

**Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.**

P.I.

São Carlos, 18 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,**

**1007864-96.2018.8.26.0566 - lauda 5**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**